



Recebido em 16/12/2019

Aprovado em 16/03/2020

DOI: 10.26512/emtempos.v1i36.28653

ARTIGO

Ciência de fatos ou método enganoso? A homeopatia nos *Annaes Brasilienses de Medicina* (RJ) e no *Jornal O médico do povo* (RJ) entre as décadas de 1850 e 1860

True Science or Illusory Method?

Homeopathy in the *Annaes Brasilienses de Medicina* (RJ) and in *O Médico do Povo* (RJ) between 1850's and 1860's

Vanessa de Jesus Queiroz

Doutoranda em História na UnB

vanessa_djq@hotmail.com

RESUMO: Neste artigo, analisaremos sentidos atribuídos à homeopatia em dois periódicos da segunda metade do século XIX- os *Annaes Brasilienses de Medicina* (ABM) e *O Medico do Povo* (OMP). Partimos da hipótese de que o referido campo do conhecimento é lugar que evidencia a existência de conflitos internos contidos nas categorias históricas *classe médica* e *ciência médica*, que abarcavam sujeitos e pensamentos não homogêneos. Ademais, apresentamos os jornais como lugares propositalmente escolhidos como frentes da batalha por legitimidade perante as demais camadas da sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Homeopatia, Alopacia, Jornais Médicos.

ABSTRACT: This article analyses the meanings attributed to homeopathy in two nineteenth century journals - the *Annaes Brasilienses de Medicina* (ABM) and *O Medico do Povo* (OMP). The hypothesis adopted is that this knowledge area it is a place that evidences the existence of internal conflicts contained in the historical categories *medical class* and *medical science*, which included diverse subjects and thoughts. Furthermore, we present the newspapers as purposely chosen places as fronts of the battle for legitimacy before the other parts of society.

KEYWORDS: Homeopathy, Allopathy, Medical Journals.

Preliminares...

Neste artigo, analisaremos sentidos atribuídos à homeopatia em dois periódicos da segunda metade do século XIX – os *Annaes Brasilienses de Medicina* (ABM) e *O Medico do Povo* (OMP). Partimos da hipótese de que o referido campo do conhecimento

é lugar que evidencia conflitos internos contidos nas categorias históricas *classe médica* e *ciência médica*, que abarcavam sujeitos e pensamentos não homogêneos, que disputavam autoridade no que tange à construção de significados sobre tais noções. Ademais, apresentamos os jornais como lugares propositalmente escolhidos como frentes da batalha por legitimidade perante as demais camadas da sociedade, num momento onde a imprensa era vista como espaço para debates e embates dos mais diversos cunhos utilizados utilizado por diversos sujeitos, dentre estes os médicos, para expressão de seus posicionamentos científicos e políticos.

Tomando por tema a homeopatia nos referidos jornais oitocentistas, as considerações que se seguem pretendem prestar esclarecimentos que ajudem a responder a uma dupla indagação, cuja primeira parte preocupa-se em compreender o que era tido como verdadeira ciência pelos defensores e pelos combatentes da homeopatia, e a segunda busca entender motivos de publicizar na imprensa os posicionamentos sobre tal questão.

Sidney Chalhoub (1996), Flávio Coelho Édler (2002, 2013), Roberto Machado *et al* (1978), Vanessa Queiroz (2018) e vários outros autores apontam a segunda metade do século XIX como momento de estreitamento entre questões de saúde e Estado. Dadas as constantes ocorrências de epidemias, ascensão de valores civilizacionais de modernidade e progresso incompatíveis com os de doença, dentre outros fatores, saúde era pauta importante dos negócios do Império. Atentos ao panorama da saúde como preocupação do Estado e sedentos pela obtenção de poder e legitimidade exclusivos de sua classe profissional, diversos médicos apresentavam – em opúsculos, em jornais, ocupando cargos no Senado e noutras arenas-, suas propostas de cuidados necessários aos bons futuros da nação brasileira. Ciência e política caminhavam juntas, num tipo de sociedade onde as relações entre saber e poder se mostravam cada vez mais intensas.

Buscava-se definir uma “ciência médica”, que colaborasse à autoridade da classe médica enquanto categoria profissional exclusiva para tratar dos assuntos de cura. Contudo, um dos problemas centrais a tal tarefa era a definição mesma do que seria aquela. Diversos eram os conflitos em torno da questão, inclusive entre os próprios médicos diplomados, divididos entre as mais diversas correntes teóricas – contagionismo, infeccionismo, alopatia, homeopatia, hidropatia, etc. Importantes instituições brasileiras que detinham as direções do saber-poder médico oficial – Junta Central de Higiene Pública, Academia Imperial de Medicina, Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, dentre outras-, adotavam com algum consenso prerrogativas alopáticas. Dizemos “algum consenso” porque dentro do grupo dos ditos médicos alopatas havia diversos embates teóricos-metodológicos, típicos de uma classe profissional e de uma ciência heterogêneas. A alopatia prega que o princípio causador de uma doença deve ser combatido por elementos opostos a ele, que o destruam no organismo a partir da ocorrência de efeitos contrários aos da doença a ser curada. Seu princípio oposto é o da Homeopatia, que prega o *similia similibus curantur*, a cura do semelhante pelo semelhante. Este método defende que uma doença deve ser combatida por meio de pequenas doses no organismo de substâncias semelhantes àquelas que causaram a doença. A semelhança concede ao sistema imunológico a capacidade de melhor se preparar para enfrentar versões mais fortes da doença a ser combatida.

Utilizamos edições dos *Annaes Brasilienses de Medicina* dos anos de 1852, 1853 e 1866. Do *Medico do Povo* elencamos as edições de 1864¹. O recorte temporal selecionado justifica-se pela publicação de matérias sobre a homeopatia em dois diferentes jornais que foram escritos por médicos e que circularam no Rio de Janeiro. Um deles proclamado como porta-voz da Academia Imperial de Medicina, um órgão que reconhecidamente fazia parte da burocracia estatal. O outro, porta-voz das ideias de Alexandre José de Mello Moraes, não oficialmente vinculado a nenhum órgão estatal. As tipologias diversas de ambos os periódicos são promissoras auxiliares à tarefa de compreender as divergências de pensamento sobre a homeopatia como ramo do conhecimento, bem como os modos pelos quais sujeitos pertencentes a uma mesma classe profissional se posicionavam de diferentes maneiras perante uma mesma questão. Além disto, as datas escolhidas evidenciam a não efemeridade do assunto sob as penas médicas na imprensa.

Nos cabe ainda apresentar algumas noções fundamentais a que recorreremos para melhor clarificar e narrar nossas reflexões provindas da análise do problema. De Anthony Giddens (1991) tomamos de empréstimo a ideia de *sistemas peritos*. Dentre as complexas facetas do conceito explanadas pelo sociólogo, selecionamos a que focaliza a confiança em competências especializadas como base de “sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos” (GIDDENS, 1991, p.30). Noutras palavras, o sistema perito envolve o conhecimento dos profissionais- os peritos, num sistema integrado maior – sociedade. A confiança no conhecimento que legitima um profissional é preconizada em relação à figura da pessoa em si, sem o referido conhecimento. É um mecanismo de desengajamento porque envolve a substituição do contato mais estreito e pessoal típico das comunidades pré-modernas para um sistema mais global do que local, onde as pessoas não precisam se conhecer face-a-face para estarem integradas num sistema social maior. Para exemplificar usando o próprio autor da ideia: não precisamos conhecer o piloto para confiar de que ao fazermos uma viagem de avião, este não cairá. A confiança maior está no sistema perito da engenharia aeronáutica em construir tais máquinas.

Com alguma liberdade para sermos mais simplistas no uso do conceito em nossa análise, que é menos sociológica do que histórica, utilizaremos a noção para verificar como de um lado buscava-se impor a homeopatia como sistema perito e de outro provar que ela não era digna da confiança necessária para tal, num momento onde se buscava, também, impor a alopatia como sistema perito e provar ser tal sistema digno da referida confiança. Giddens apresenta a ideia de que em contraponto aos *sistemas peritos*, em que um conhecimento está disposto para os sujeitos que se dedicam a aprendê-lo, está a figura do “guardião da tradição”, que envolto em uma esfera de misticismo dispõe de um saber não comunicável às demais pessoas. Logo veremos que, em parte, o argumento dos defensores da alopatia seguia um caminho que afirmava que a homeopatia não era legítima porque não expunha a fundo como se dava a doença ou ocorriam as curas, sendo carente de teorias demonstráveis, comprováveis e comunicáveis. Por fim, utilizamos a concepção de confiança como diretamente relacionada a experiências de sucesso e de frustração de um sistema perito. Em que medida o sucesso e o fracasso das experiências

¹ O jornal O Medico do Povo circula

afetavam o status da homeopatia e o da alopatia como sistemas peritos confiáveis? Eis um de nossos pontos centrais de ponderação.

De Koselleck (1992) tomamos a lição de pensar um conceito para além da função linguística. No caso deste artigo, especificamente, atentaremos para a tentativa de deslegitimação da homeopatia sob o rótulo de prática *charlatã* ou *charlatanismo*. Buscamos entender porque os médicos dos ABM relacionavam as noções de homeopatia e de charlatanismo e porque, historicamente, podemos considerar tais palavras como conceitos. De outro texto (2006) do mesmo autor, utilizamos as noções de *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa*. Para o autor, cujo foco de análise é o tempo histórico, tais categorias representam, metaforicamente, passado e futuro. São complementares, mas se tratam de coisas diferentes. *Espaço de experiência* refere-se a ocorrências do passado que podem ser evocadas e lembradas. *Horizonte de expectativa* envolve esperança do que pode ocorrer, uma vez que não se pode evocar e lembrar de coisas que ainda não ocorreram. Entre ambos, passado e futuro, encontra-se um presente que se sustenta do espaço de experiência e do horizonte de expectativas, orientando as ações humanas. Apesar de complementares, experiência e expectativas não se reduzem uma a outra. É possível alimentar expectativas futuras diferentes daquelas previstas ou mais coerentes com um acontecimento passado.

Aplicando as noções ao conflito entre alopatas e homeopatas, perceberemos mais enfaticamente a última assertiva. A experiência da permanência da homeopatia na sociedade brasileira oitocentista não impedia que os alopatas insistissem em deslegitimá-la na expectativa de que ela fosse se não abolida, ao menos cada vez mais desautorizada. Ademais, apesar da experiência de órgãos mais próximos ao Governo Imperial insistirem na deslegitimação do método de Hahnemann², Alexandre José de Mello Moraes nutria boas expectativas acerca de sua clínica homeopática. É ainda importante ressaltar que eram diferentes as experiências dos sujeitos envolvidos no conflito que aqui centralizamos.

De Norbert Elias (1994) adotamos as reflexões acerca da relação entre linguagem, pensamento e conhecimento. Para o autor, a linguagem é fundamental para os outros dois e por eles pode ser modificada. O processo de integração passa pela necessidade de ligação com um fundo social de conhecimento de uma sociedade (ELIAS, 1991, p.92). A conexão ocorre pela linguagem- falada, escrita, compreendida. Tal fundo social é expansível. Aqui tentamos aproximar esse tipo de relação entre linguagem e fundo social de conhecimento- sobretudo no que tange à ideia de tentativa de expansão do fundo social de conhecimento da sociedade oitocentista-, a nosso objeto de análise. Elias

² Christian Friedrich Samuel Hahnemann (1755-1843) é um médico alemão considerado pai fundador da Homeopatia. Além de médico diplomado e desiludido da eficácia da alopatia- padrão teórico da maior parte das escolas de medicina-, era dominador de uma variedade de línguas e viveu boa parte de sua vida como tradutor de obras. Por volta de 1790 traduziu uma obra que versava sobre as propriedades do quinina. Curioso, decidiu testar o composto em si próprio e desta observação concluiu que a quinina produzia efeitos semelhantes aos da doença que curava. Testou outras substâncias e, após resultados positivos à sua hipótese, passou a defender o princípio da cura do semelhante pelo semelhante. Sobre o assunto, ver: *1755 – Nasce Hahnemann, médico criador da homeopatia*. Disponível em: História, Ciências, Saúde, Manguinhos (on-line), Abril/2015, < <http://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/1755-nasce-hahnemann-medico-criador-da-homeopatia/>>. Acesso em março de 2020.

preconiza a comunicação oral, mas admite os símbolos visuais e impressos como adicionados ao padrão de comunicação verbal (ELIAS, 1991, p.37). Aponta que a língua permite a criação e/ou adoção de símbolos relacionados à estrutura da sociedade, incluindo as relações de poder, admitindo que por vezes “a Academia, o dicionário ou outro grupo social detém o poder de determinar o uso das palavras” (ELIAS, 1991, p.132). É possível afirmar que alopatas ou homeopatas detinham algum poder sobre o uso das palavras ou estavam mais próximos de quem tinha? Como perceber as relações entre linguagem, conhecimento e pensamento a partir dos debates entre os dois ramos do conhecimento? São algumas das perguntas que nos norteiam. O sociólogo nos fala, também, da necessidade social de representação conceitual e das possibilidades e limites que uma língua permite aos seus usuários. As possibilidades referem-se aos novos conhecimentos e pensamentos que podem surgir da comunicação entre as pessoas. Os limites dizem respeito ao fato de que para que se possa ser compreendido, deve-se adotar a língua socialmente aceita e compreendida. Neste ponto, pensamos nos limites dos jornais médicos e nos cunhos e alcance da linguagem profissional médica. Ademais, refletimos sobre a imprensa vista como símbolo social que servia de veículo para simbolizar outros- os posicionamentos médicos a partir da defesa dos métodos de cura.

Os médicos, alopatas ou homeopatas, precisavam se comunicar para além dos conflitos internos de sua classe profissional. Buscavam deslegitimar o símbolo representado pela forma de curar de seus oponentes e legitimar os seus próprios. Ambos sob o símbolo maior do combate à doença, representado de diferentes maneiras pelas duas formas de curar.

Por fim, outro conceito que adaptamos da análise sociológica para a histórica: o de *cultura como teia*, fornecida por Clifford Geertz (1978). Para o autor, cultura é uma espécie de rede de significados tecida pelo ser humano. Esta teia é capaz de orientar a existência em sociedade. Seu substrato principal abarca a interação recíproca entre símbolos (atos, objetos, relações, acontecimentos) e o que significam. Dito de outro modo, cultura é um conjunto de formas simbólicas em interação. Para nossa análise, buscamos pensar nos modos de cura (alopáticos e homeopáticos) como símbolos que tinham e buscavam lugares numa cultura maior. Os diversos pontos da teia, dentre os quais a própria imprensa é um símbolo, nem sempre se alinhavam de maneira harmoniosa.

Explicitados o problema e as categorias conceituais com as quais dialogamos nas considerações que se seguem, passemos à uma breve apresentação de nossas fontes.

“Archivo em que se chama depositados todos os trabalhos, que ao pais e a sciencia tem feito os ilustrados membros que a compoem...”³: Os Annaes Brasilienses de Medicina

O título do tópico faz parte do artigo editorial da 1ª edição publicada no ano de 1851, após uma pausa de alguns meses no periódico que existia, sob outros nomes- *Semanario da Saude Publica, Revista Medica Fluminense, Revista Medica Brasileira, Annaes de Medicina Brasiliense-*, desde a década de 1830.

³ ABM, Outubro de 1851, p. 1.

Proclamado como jornal oficial da Academia Imperial de Medicina (AIM), tinha periodicidade mensal e registrava os assuntos debatidos (comunicações orais e escritas) nas sessões semanais do referido órgão consultivo do Governo Imperial. Incluindo os registros de recebimentos de jornais de outras instituições, as muitas páginas de cada edição- algumas chegavam as 80 páginas-, traziam os mais diversos assuntos. Legislações brasileira e estrangeira (nem sempre só *caputs* relativos aos assuntos médicos), descobertas médicas nacionais e internacionais, homenagens ao Imperador (que muitas vezes esteve presente em sessões solenes da Academia⁴), anúncios de concursos científicos e vários outros versos faziam parte do periódico dedicado sobretudo às matérias médicas e higiênicas do período.

Ainda que nos faltem informações de tiragem acerca dos ABM, algumas edições do jornal nos informam que o mesmo era distribuído mediante assinaturas. Além disto, leis orçamentárias de nosso recorte temporal previam a liberação de quantias destinadas do Tesouro Imperial à Academia⁵. É plausível pensarmos que parte deste dinheiro fosse destinada ao sustento do periódico⁶, sobretudo porque a regularidade da circulação dos *Annaes* é mencionada como parte dos trabalhos da Academia Imperial de Medicina relatados em alguns relatórios do Ministério dos Negócios do Império⁷.

Uma das principais tônicas defendidas nas páginas dos *Annaes* era a de que uma imprensa médica, gênero ainda parco no Brasil à época, era deveras importante, mas árduo empreendimento que lutava contra a indiferença⁸ que aquele tipo de iniciativa enfrentava no país. O jornal era tido, também, como lugar de perpetuação de nomes e feitos que, tendo colaborado ao progresso do país pelas ciências médicas, não deveriam ser esquecidos. A defesa da necessidade dos médicos diplomados enquanto classe profissional reconhecida, legítima e autorizada, sobretudo frente às ameaças do charlatanismo, era outro dos temas frequentes naquela publicação médica.

Ainda que não seja muito claro quanto ao público-alvo pretendido, as falas e conteúdos presentes no periódico apontam para um tipo de público-alvo ilustrado: médicos, membros de outras elites profissionais, representantes do Governo Imperial, associações nacionais e internacionais, etc. Extratos das sessões da Academia Imperial de Medicina eram, ainda, publicados em seções do *Jornal do Commercio* (RJ) junto aos registros de reuniões de outros órgãos da burocracia imperial.

⁴ Um sujeito indicado, a cada vigência, para ocupar o cargo de ministro da Repartição dos Negócios do Império era, também, ocupante do cargo de presidente honorário da Academia Imperial de Medicina, muito embora a efetiva presença de um ministro da referida secretaria nas reuniões da AIM fosse rara.

⁵ Para os anos de 1865-1869, os valores eram 2:000\$000 réis.

⁶ Até esta fase de pesquisa, não tivemos acesso a documentos específicos de contabilidade da AIM.

⁷ Ainda que estes relatórios não forneçam os dados exatos acerca dos custos com o jornal. Os referidos textos podem ser acessados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional em suas publicações referentes ao período de 1832-1888.

⁸ A expressão “indiferentismo” é utilizada em diversas edições dos *Annaes Brasilienses de Medicina*.

“Defende-la e propaga-la [a homeopatia], com todo o vigor da razão, e dos factos, como em tempos passados o foi por nos na imprensa periodica...”: O Medico do Povo (RJ)

O título deste tópico faz parte do programa de lançamento do jornal *O Medico do Povo* no Rio de Janeiro. Em 1864 o mesmo estava principiando sua circulação na província, após ter circulado alguns anos antes, na década de 1850, na Bahia e em Pernambuco. De acordo o redator e responsável pela publicação, José Alexandre de Mello Moraes, seu periódico não poderia ser classificado como mais um daqueles de vida curta devido à ausência de condições para sustentarem-se. O motivo de ter encerrado a circulação na Bahia na década anterior, de acordo o médico, foi ter considerado a integridade da homeopatia como causa ganha, que já não mais precisava de defesa. Contudo, àquela altura de 1864, os ataques contra tal área do conhecimento continuavam e ganhavam força, tornando-se novamente necessário defendê-la por meio de um jornal.

Além das matérias em defesa da homeopatia- num combate explícito e direto contra a alopatria-, que caracterizam os fins da publicação, Mello Moraes prometia satisfazer aos mais diversos interesses de brasileiros e estrangeiros, trazendo nas páginas do jornal “noticias e documentos mais importantes da historia natural, civil e politica do imperio do Brasil, inteiramente desconhecidos, e importantissimos” (OMP, 10/01/1864, p.1).

Publicado aos domingos, o jornal cujas edições tinham em média 4 páginas trazia, na maioria dos números, registros da clínica homeopática praticada por Mello Moraes (mais raras vezes registrava a participação de algum colega) e alguns artigos editoriais enfatizando a fragilidade do método alopático e a superioridade da homeopatia. Trechos da “Chorographia Historica”, opúsculo dividido em volumes que Mello Moraes escreveu alguns anos antes do relançamento do jornal, com foco na parte que tratava da história dos ministérios durante o reinado de D. João VI; poesias; informações de latitude e longitude do país, matérias sobre plantas típicas da flora brasileira e suas propriedades curativas, história de várias das epidemias do mundo ao longo do tempo, dentre outras variedades, figuravam nas páginas do OMP.

Durante o período aqui elencado – as 20 edições do ano de 1864-, o jornal tivera dois preços: as duas primeiras edições, de 10 e 17 de janeiro do mesmo ano, custavam 4 mil reis por ano, 2 mil reis por semestre, 1 mil reis por trimestre, pagos adiantados; 120 reis o número avulso. Para as demais edições, os preços eram: 8 mil reis por ano, 4 mil reis por semestre, 2 mil reis por trimestre, pagos adiantados; 160 reis o número avulso. A partir da edição de n. 9, somem as informações sobre o preço do n. avulso. Não encontramos no jornal nenhuma justificativa quanto à tal sumiço.

O médico do povo também não restringia claramente o público-alvo a que se destinava, mas menciona no programa de lançamento brasileiros e estrangeiros em geral, interessados em acontecimentos diversos da história do Brasil. Diferente dos ABM, OMP publicava menos matérias médicas e mais matérias históricas e/ou crônicas sobre história do país. Em média 12, das 20 edições que circularam em 1864, têm seções ou artigos específicos sobre homeopatia. A preponderância das demais matérias em relação à clínica homeopática justifica, ao menos em parte, a mudança de nome do jornal

em Maio de 1864. Na edição de 22 de Maio de 1864, Mello Moraes, alagoano, ex-alopata da província baiana- onde formou-se na Faculdade de Medicina em 1840-, historiador e cronista, instigado sobretudo por alguns amigos, informa sobre a mudança de nome do periódico, de *O Medico do Povo* para *Brasil Historico*, uma vez que este se destinava principalmente à propagação da história pátria. Enfatiza que a defesa da homeopatia continuará a ser uma tônica da folha, desde o início também preocupada com a valorização dos escritos nacionais.

Divergências e conflitos: A homeopatia nos ABM e no OMP, décadas de 1850-1860

Na edição n. 7 do mês de Abril de 1852 (pp.213-216) dos *Annaes Brasilienses de Medicina*, é publicado detalhado texto destinado a falar sobre os escritos de Samuel Hahnemann, pai fundador da homeopatia nas décadas finais do século XVIII. O autor do texto, que lera com bastante atenção diversas obras do criador do *similia similibus curantur*, dedica várias páginas de seu texto publicado nos ABM a destacar as contradições dos escritos do homeopata- a exemplo de obras publicadas entre 1832 e 1834, que diferiam quanto à afirmação da existência de vírus. Antes de iniciar a exposição das incongruências, ressalta os constantes ataques de Hahnemann à alopatia, ciência defendida pela maioria acadêmica, incluindo ele mesmo e a Academia Imperial de Medicina. O texto falava, ainda, das constantes autopromoções feitas pelo fundador da homeopatia, que não raras vezes argumentava ser um escolhido de Deus para entender as reais formas de cura dos organismos.

Em 1853 (ABM, n.5, Fevereiro de 1853, pp.117-120), o Dr. J.J. Rodrigues assina texto intitulado “Dos charlatões em medicina, o uso indevido desta sciencia, a homeopathia”. O douto ressalta a necessidade de reconhecer e combater “o crime dos charlatões, o atrevimento dos curiosos, e o engano e a mercancia dos homeopathas” (ABM, n.5, Fevereiro de 1853, p.117). Adverte que não se refere a discussões pessoais, mas que fala em nome da ciência e da profissão médica do mundo todo. Em ênfase à assertiva de que o profissional da medicina é um sacerdote que não se vende por ouro, afirma que ser um médico, filho de Hipócrates, é ser um mártir do século, funcionário que presta alívio à humanidade, extinguindo os males e recebendo em troca a gratidão de coração e sorrisos (idem, p.118). Afirma a medicina como filantrópica e ciência de Deus, do sentimento e da razão (idem). Lamenta o fato de que esta estava sendo usada por alguns apenas para o ganho de dinheiro, como qualquer outro ramo da indústria, bem como denuncia os enganadores do povo, que se denominavam médicos e aproveitavam-se da vulnerabilidade da dor alheia para lucrar.

Os tópicos finais do referido texto dedicam-se a análise da homeopatia, sua forte presença no Brasil e a forma pela qual ela é exercida. O autor afirma que a doutrina homeopática, vulgarizada por todo o império, está a dispor de qualquer um que saiba ler – de modo que médicos, cirurgiões, curiosos e “até mulheres” exercem a medicina de Hahnemann (ABM, n.5, Fevereiro de 1853, p.119). Interesse e busca por status encabeçam os motivos de tal ramo encontrar tantos adeptos a praticá-la, de acordo o autor. Diz-se, também, que se a homeopatia não estivesse ao alcance de qualquer um, vários danos seriam evitados. Tais danos referem-se aos pacientes e também aos

verdadeiros médicos- os alopatas- uma vez que ao se autoproclamarem doutores, os curiosos da homeopatia sujavam o status do que era ser um “médico”. O texto é apresentado como um alerta ao povo, que tende a amar o novo e por vezes se deixa levar por enganadores (idem). O exercício da homeopatia, sobretudo pelas mãos dos curiosos inábeis, é tido por “charlatanismo, impostura e ignorância” (ABM, n.5, Fevereiro de 1853, p.120).

Ambos os escritos, que visam denunciar a homeopatia e deslegitimá-la, o primeiro com foco nas contradições do pai fundador desta ciência, o segundo com foco nos danos ao povo e à imagem da alopatia causados por ela, são testemunhas de sua presença e algum nível considerável de credibilidade, o que demonstra que a alopatia, ainda que majoritária nas instituições de saber-poder do Brasil, estava longe de obter a exclusividade dos métodos de cura.

Outra notória consideração é a de que o texto se diz destinado ao “povo”. O termo refere-se a sujeitos fora do círculo ilustrado das elites profissionais. Mas também é factível afirmarmos que se dedicava a outras elites, aos curiosos, cirurgiões e médicos, como uma forma de alerta. O texto de 1852 evidencia a tentativa de deslegitimação teórica, frente à Academia. O de 1853 revela a necessidade de se combater a propagação da homeopatia no seio social, nas províncias do império, perante a população, facilmente enganada sobretudo em momentos de fragilidade.

Por fim, cabe-nos notar que, conforme já dissemos anteriormente, *O Medico do Povo* circulou na província baiana na década de 1850. Também circulou, em época coeva, em Pernambuco. Sendo pouco mais precisos, o jornal circulara na Bahia, local onde estava alocada uma das principais instituições de saber médico do oitocentos- a Faculdade de Medicina da Bahia-, entre os anos de 1850 e 1853. Acreditamos não serem coincidências as reclamações publicadas nos ABM e a defesa da homeopatia no OMP em mesmo intervalo temporal.

Os ataques à homeopatia adentraram a década de 1860 do jornal da Academia Imperial de Medicina. Na edição n.1 de 1866 (ABM, n.1, Junho de 1866, p.27), lemos:

A comissão acompanha o sr. Dr. Costa na critica severa que dirige à homeopathia, demonstrando a banalidade dos fundamentos d'aquelle systema, e a ignorância de seus sectarios, de que existe uma physiologia pathologica como há uma physiologia normal, e que por consequente os agentes medicamentosos não podem actuar no homem são e no homem doente de uma mesma maneira[...] (ABM, n.1, Junho de 1866, p.27)

Em consonância ao ataque do princípio fundamental da homeopatia, descrito noutras palavras que não *similia similibus curantur* no número acima, encontramos diversas edições que criticam das mais variadas maneiras o sistema homeopático. As que expusemos até aqui evidenciam a continuidade do combate da homeopatia pelos alopatas nas folhas médicas daquele jornal entre 1850 e 1860. Passemos ao *O Medico do Povo*.

Já dissemos que o jornal de Mello Moraes circulou, em diferentes províncias, desde 1850. Aqui analisaremos as edições do ano de 1864- em que o jornal circulou no Rio de Janeiro, mesma província matriz dos *Annaes Brasilienses de Medicina* e sede de

importantes instituições do saber-poder médico, a exemplo da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, da Junta Central de Higiene Pública, da própria Academia Imperial de Medicina e diversas outras associações profissionais. O OMP é proclamado como um tipo de continuidade de uma luta iniciada na década anterior.

As matérias médicas presentes no OMP restringem-se à preconização da homeopatia. Diferente dos ABM, em que é possível encontrar seções sobre diversos ramos da medicina – oftalmologia, higiene, fisiologia, clínica médica, etc.-, no jornal de Mello Moraes a medicina de Hahnemann obtêm o monopólio do parco espaço que lhe é dedicado em cada edição. Pouco mais da metade das vinte edições publicadas em 1864 versam sobre homeopatia. Dez delas contém uma seção específica intitulada *Clinica Homeopathica*, cujo conteúdo relata experiências de atendimentos realizados por Mello Moraes.

Além de explicitar diagnóstico e prognóstico, os relatos enfatizam a eficiência da homeopatia e as falhas da alopatia, a exemplo de texto publicado no n. 18 (OMP, 08/05/1864, p.4), que contava do caso de uma criança de 8 anos que caíra em febre, tristeza e outras características de um estado mortal e fora tratado, sem sucesso, por um alopata. Levado ao Dr. Mello Moraes fora curado com arsênico em 3 dias. Outro exemplo emblemático foi publicado no n.12 (OMP, 27/03/1864, p.4), num texto que versava sobre o caso de um abscesso difuso e do atendimento bem-sucedido de Mello Moraes, pelo método homeopático, a uma moça de 20 anos que adquiriu abscessos em consequência de erisipelas. Antes da cura, três médicos alopatas haviam tentado tratá-la, mas, sem resultados, desenganaram-na. Esta encontrou esperança de cura e vida no sistema homeopático, representado por Mello Moraes em sua clínica.

Outro caso da seção *Clinica Homeopathica* (OMP, 15/05/1864, p.4), descreve uma oftalmia crônica de que sofrera uma africana livre de 59 anos ao ser atingida por um objeto no olho. Além de detalhar o caso e celebrar a cura pela homeopatia, o relato informa que os serviços do Dr. Mello Moraes foram recomendados por várias pessoas à referida paciente. Um outro registro da mesma seção de outra edição (OMP, 01/05/1864, p.4) relata o atendimento a um rapaz que sofria de horripilações diversas e, ao se automedicar com vomitório de tártaro, teria piorado sua própria situação. Mesmo assim, o Dr. Mello Moraes foi chamado e capaz de curá-lo. O número 13 (OMP, 03/04/1864, p.4) registra o caso de uma senhora de escravos que havia recorrido a Mello Moraes para resolver a dor de garganta de uma de suas escravas. O atendimento também foi bem-sucedido e a cura ascendeu sem demora.

Além dos registros da *Clinica Homeopathica*, seção onde mais apareciam os versos sobre homeopatia, foram publicados em 1864 dois textos que preconizavam mais diretamente o embate entre homeopatia e alopatia. O primeiro, publicado no n.3 (OMP, 24/01/1864, pp. 2-3), intitulava-se “A allopathia julgada pelos mais célebres médicos”. Nele, além de nomes de famosos médicos, como Bichat, utilizados para enfatizar inexistências da medicina alopatia, a alopatia é apontada como caótica, uma vez que em cada parte do mundo recomenda-se um método de tratamento diferente para a mesma doença. Esta buscaria sistemas, mas careceria deles de fato. Seria um campo que mais somava teorias inaplicáveis do que curas obtidas.

O segundo, publicado na edição de n.2, de autoria de Mello Moraes, intitulava-se “A homeopathia é uma sciencia de factos, e são elles quem a justificação. Se podeis, refutai-os” (OMP,17/01/1864 pp 1-2). Ressaltando que quem faz um médico são as curas e não os impérios e outras autoridades, Moraes expõe um caso onde alopatas diagnosticaram e trataram errado um paciente (ele teria um abscesso, descoberto por ele e seus amigos adeptos da homeopatia, mas fora diagnosticado com febre amarela por aqueles), sendo este salvo pelos métodos homeopáticos. O redator enfatiza que o paciente, Victorino de Barros Lima, era filho de um negociante e proprietário de terras. O texto de pouco mais de 1 página relata remédios utilizados e desenvolvimento do doente, que em 14 dias teria sido tratado pelo homeopata e curado por Deus. Na mesma edição, é publicado um artigo intitulado “Organon da medicina homeopathica pelo Dr. Samuel Hahnemann” (OMP,17/01/1864 p.3). Tal texto destaca duas importantes leis da Homeopatia. Sobre a 1ª lei, diz que a única missão do médico é curar as doenças, e não criar sistemas, teorias e etc. Cita os “desvarios da medicina theorica”, que seria a alopática. Sobre a 2ª lei, que reforça a primeira, diz que não consiste a missão do médico em “criar teorias e explicações, e sim curar de um modo prompto, suave, e que tenha duração”. Preconiza-se as indicações fáceis.

Além da nítida defesa da homeopatia, em oposição à alopatia, cabe-nos pensar de modo semelhante ao que pensamos sobre as matérias dos ABM resumidas há pouco. A defesa da homeopatia, para além dos objetivos de preconização desta dita ciência, ocorria devido aos ataques que sofria. Devemos perceber, ainda, que ao relatar os sucessos do método homeopático, o ex-alopata e redator do OMP, visava contribuir para melhorias em sua própria imagem como médico. Tendo a experiência de formação e métodos alopatas, optara por mudar de sistema e seguir a ciência de Hahnemann onde, segundo o próprio, fora mais bem-sucedido.

O texto que afirma que a homeopatia é uma ciência de fatos, demonstra diferentes concepções acerca do que os alopatas dos ABM e o homeopata do OMP consideravam como fatos dignos de validade. Os alopatas preconizavam a demonstração teórica de como a cura ocorreu, considerando como insuficiente as respostas que apontavam para indivíduos eleitos para guardar um privilégio divino e fazer o bem em nome de Deus. Não se trata aqui de afirmar que a medicina alopática rompia com as ideias de divino (lembramos que o catolicismo fazia parte da boa imagem social de muitos médicos renomados durante a segunda metade do século XIX). No texto de J.J. Rodrigues, este alopatas considera a medicina como “ciência de Deus, dos sentimentos e da razão”. A questão é que os partidários deste sistema preconizavam a demonstração factual, as explicações compartilhadas. Estas, quanto mais comprováveis e compartilháveis, mais confiáveis se tornariam, auxiliando a missão dos médicos de aliviarem a dor da humanidade. Já a noção de “fato válido” para a teoria oponente (homeopatia) prescindia das caóticas explicações sobre cada detalhe. Hahnemann com suas obras explicativas e teorias e mesmo Mello Moraes com a descrição de seus diagnósticos e prognósticos até forneciam uma explicação para suas operações. Mas, como explicita o *organon*, a validade do sistema se dava pelo número de curas realizadas e não de sistemas de teoria formados.

O panorama acima descrito, sobretudo no último parágrafo, nos leva a evocar a categoria de *sistemas peritos* (GIDDENS, 1991), já explicada na introdução deste artigo. Alopatas e homeopatas buscavam afirmar seus tipos de medicina como sistemas dignos de confiança. Ambos os campos valorizavam suas competências especializadas em detrimento do outro. Ainda que os jornais médicos do século XIX sejam também lugares de conflitos pessoais mais ou menos explícitos, neste momento, dos trechos que observamos cabe-nos ressaltar que mais do que atacar a Hahnemann por um motivo pessoal (talvez por sua mania de grandeza) a preocupação de médicos alopatas como J.J Rodrigues era deslegitimar a homeopatia como ciência especializada. Numa outra face da mesma moeda, apontar as inexatidões da alopatia servia como tática dos homeopatas para questionar sua competência especializada como merecedora de confiança. As experiências de sucesso e fracasso por parte dos médicos dos dois times estavam conectadas ao próprio sucesso ou fracasso das referidas tentativas. Ambos estavam em vias de consolidação e dependiam da confiança dos colegas de profissão e outras classes da população para aderirem as doutrinas propagadas.

Temos ainda duas considerações sobre a diminuição do contato face-a-face típica dos mecanismos de desenhaxe proposta por Giddens. Por um lado, a busca de homeopatas e alopatas era por consolidarem seus conhecimentos como sistemas peritos, especializados e dignos de confiança exclusiva. Um médico seria validado por pares da academia e demais membros da sociedade, em nome do método que professava. Por outro lado, principalmente devido à permanência de algumas tradições do antigo regime em meio às muitas inovações daquela época, os sucessos e fracassos do conhecimento especializado – homeopático ou alopático- em muito afetava a imagem de seus propagadores. Mais do que confiar em sistemas, confiava-se, também, em nomes, em pessoas específicas. Nos textos comentados vimos no registro da africana livre que fora procurar o Dr. Mello Moraes que ele fora recomendado por várias pessoas. De igual maneira, nomes que defendessem a homeopatia não eram bem vistos e plenamente aceitos na Academia Imperial de Medicina, de viés alopático. Ainda que consideremos que a referência a “várias pessoas” seja menos uma verdade do que um estratagema do autor do OMP para aumento da aceitação social do método que pregava, constatamos a importância atribuída à relação entre propaganda do método e nome do médico que o defendia.

Recorrendo às categorias de espaço de experiência e horizonte de expectativa, de Koselleck (2006) é possível perceber que o debate homeopatia *versus* alopatia envolvia a evocação constante de experiências- publicação de opúsculos, atendimentos, teorias- do passado e do presente daqueles doutos, também preocupados com o futuro de seus campos de conhecimento (e de acordo com eles, com o futuro da nação, a partir da garantia de bem-estar e saúde de toda a sociedade). Viam de modo diferente as experiências com doenças e curas de que tratavam e das quais falavam. Nutriam diferentes expectativas de futuro. Os alopatas visavam um futuro onde a homeopatia de fato fosse vista como crime, ainda que as experiências daquele momento demonstrassem o aumento dos homeopatas e, por conseguinte, das pessoas que recorriam a este método. O texto dos ABM de 1853 atesta o crescimento da homeopatia por todo o Império. Os homeopatas alimentavam expectativas de um futuro de reconhecimento da homeopatia como ciência de fatos, mesmo que o panorama das décadas de 1850 e 1860 apontassem

que as elites do saber-poder médico preconizavam a alopatia. É importante alertar que tal preferência das elites profissionais brasileiras pela alopatia não significa que as demandas médicas alopáticas- que não eram homogêneas, diversos médicos alopatas discordavam entre si principalmente no que tange a teorias e métodos- fossem plenamente atendidas pelo Governo Imperial⁹. O conflito envolvia a própria percepção de tempo histórico daqueles esculápios como sujeitos do contexto em que viviam, com os limites que ele impunha, mas também com as possibilidades de mudança e agência histórica que oferecia.

Ainda podemos refletir com Koselleck (1992, p.3) no que tange a pensar nos conceitos históricos como indicadores de algo além de fenômenos linguísticos. As tentativas de J.J. Rodrigues de relacionar o conceito de homeopatia ao de charlatanismo bem evidenciam o uso de uma palavra que constava nos dicionários¹⁰ da época, mas estava inserida num debate social profundo, que envolvia várias camadas sociais. O conceito de charlatanismo buscava alterar a significação social dos conceitos de homeopatia e homeopata.

Podemos evocar, também, a reflexão de Norbert Elias (1994, p.132) que afirma que por vezes a Academia, o dicionário ou outro grupo social pode deter o poder de determinação do uso das palavras. Academicamente, no Brasil, a alopatia prosperava. Contudo, isto não significa dizer que toda a sociedade considerava ou se referia os homeopatas como charlatões. Lembremos da assertiva do próprio Elias (1994, p.97) de que sendo uma representação da realidade, a linguagem nem sempre é uma cópia fiel da realidade que representa, pode ser inexata. Se considerarmos apenas a tentativa do alopata de equiparar homeopatas e charlatões, caímos na armadilha da análise unilateral. Os registros de procura a médicos homeopatas evidenciavam um caminho contrário. No mínimo a população comum estava mais preocupada em aliviar suas dores do que em saber da procedência do método utilizado. O que desejamos destacar é que o adjetivo “charlatão” era usado como estratégia política de deslegitimação. Muitas práticas ditas científicas, a depender do momento e do objetivo de quem taxava, podiam ser transformadas em charlatanismo. O inverso também é válido.

Mas porque este debate aparecia na imprensa? A resposta mais imediata é: porque os médicos envolvidos decidiram publicizá-lo. Tentemos compreender pouco mais a fundo, motivos para que estes tenham decidido escolher jornais como frente de batalha por legitimidade. Para tal, continuaremos a dialogar com Norbert Elias (1994).

Elias apresenta a fundamentabilidade de se considerar o conhecimento como algo alocado no tempo e no espaço, e não desconexo do contexto onde se desenvolve. Assim sendo, preconiza a relação entre conhecimento, pensamento e linguagem. Esta, a partir

⁹ Sobre as tentativas de legitimação da classe médica imperial ler QUEIROZ, 2018. Vide referências bibliográficas.

¹⁰ Aqui adotamos o conceito de charlatanismo como indissociável do de charlatão, de modo que charlatanismo é o conjunto de ações praticadas por um charlatão. Esta palavra é mais comumente encontrada nos dicionários de época. No verbete do padre Luiz Maria da Silva Pinto (1832) encontramos a seguinte definição para o verbete “Charlatão”: “Fallador que quer inculcar erudição, que inculca drogas e segredos de Medicina”. Este e outros dicionários de diversos séculos, incluindo do XIX, podem ser consultados on-line em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm-ext/598>>. Acesso em março de 2020.

de sua função de orientação, permite a transmissão de pensamentos e conhecimentos, bem como suas limitações e ampliações. Os pensamentos médicos – alopatas ou homeopatas- precisavam ser comunicados para além de seus defensores, uma vez que se buscava a exclusividade na orientação da sociedade no que tange aos assuntos de saúde e cura. Práticas homeopáticas- e outras não alocadas no seio da alopatia- a exemplo dos constantemente citados mezinheiros africanos¹¹- pareciam fazer parte do que Elias chamaria de fundo social de conhecimento. Os chás, as parteiras não diplomadas, as curas mágicas dos chamados charlatões e, em alguma medida, a própria homeopatia e alopatia, faziam parte do conhecimento social comum partilhado pelas diversas classes da sociedade oitocentista.

Os jornais eram apresentados como formas de representar a voz dos médicos que os sustentavam. Os assuntos em defesa ou ataque de uma ciência representavam posicionamentos daqueles que escreviam nos periódicos. A imprensa era vista como um símbolo que possibilitava modificar outros símbolos, uma vez que estes podem mudar (ELIAS, 1994, p.99). As folhas simbolizavam a voz dos médicos, que queriam tornar suas ciências, pela linguagem da imprensa, símbolos da verdade exclusiva nos campos da cura. Ainda que os públicos-alvo dos jornais não sejam bem definidos, mas pareçam ser sujeitos ilustrados¹² -membros do Governo Imperial, médicos, elites profissionais-, devemos nos atentar para o fato de que usar as páginas da imprensa era tentativa de modificar o fundo social de conhecimento, ampliando o diálogo para além da classe médica. Os jornais eram mais acessíveis do que os opúsculos médicos armazenados nas bibliotecas, que muitas vezes não conseguiam seguir a dinâmica de atualização cada vez mais rápida dos debates médicos (QUEIROZ, 2018). Contudo, a imprensa como linguagem carregava limites: o das pessoas que não sabiam ler, o das pessoas que não compravam ou não tinham acesso aos jornais, a circulação restrita a certas localidades, ainda que os jornais chegassem por correspondência a outros lugares. etc.

Elias (1994) nos fala que adversários coevos podem desfrutar de uma mesma linguagem para batalhar. Noções como verdade, ciência, fato, medicina, dentre outras, além do próprio uso de jornais da imprensa como lugar de disputa, evidenciam que homeopatas e alopatas usufruíam de tal linguagem comum. A própria concepção apresentada sobre o dever do médico, de curar as pessoas e aliviar dores, como espécies de representantes de Deus, é similar, mas altera-se nas maneiras indicadas de exercê-la. Ademais, homeopatas e alopatas concordam que se devia procurar ajuda de um saber especializado em casos de doenças, como fica claro no registro da piora das horripilações do rapaz que se automedicou sem conselho médico.

A consolidação da autoridade da homeopatia ou da alopatia enquanto sistemas curativos reconhecidos como verdades científicas passava pelo conflito entre médicos, pela aprovação de outras classes sociais, pelas concepções de ciência, pela imprensa. Isto

¹¹ Sobre outras práticas de cura e sua taxaço de charlatanismos pela imprensa médica de 1860, ver QUEIROZ, 2018. Sobre charlatanismo no RJ, ver SAMPAIO, 2001.

¹² Sobre imprensa e seus leitores no século XIX, ver: LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos. A Guerra dos Jornalistas na Independência (1821-1823)*, São Paulo: Companhia das Letras, 2000; BASILE, Marcelo Otávio Neri de Campos. *Regência e Imprensa: Percursos historiográficos*. Almanack, Guarulhos, n. 20, p. 1-9, dez 2018. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/alm/n20/2236-4633-alm-20-1.pdf>>. Acesso em março de 2020, e outros.

é um indício promissor de que nos debates entre os dois sistemas de conhecimento, ou ciências- como preferiam chamar seus defensores-, o restabelecimento da saúde equivale a uma teia de símbolos (GEERTZ, 1978) que torna a medicina, como arte da cura, uma cultura.

Detalhes

O número 11, publicado em 20 de Março de 1864, fornece indícios da mudança anunciada na edição de n.20, sobre a alteração do nome do OMP. A epígrafe, presente em todas as edições, deixava de afirmar o periódico como “Jornal de propaganda homeopathica: Litterario, Scientifico, Noticioso, e ás vezes Politico” e passava a apresentá-lo como “Jornal Historico, Politico, Litterario, Scientifico e de Propaganda Homeopathica”. O atributo “noticioso” é suprimido. A função de “jornal político” assumida não mais como esporádica. Mantêm-se a literatura e a ciência como rótulos e a característica de “histórico” substitui a primazia da “propaganda homeopática”. A troca de lugar deste atributo na epígrafe, ainda que pareça sutil, não é trivial. A homeopatia continua a ser um mote do OMP, mas seu autor opta por definir, na primeira frase que aparece na folha, que se trata de um jornal histórico. As inúmeras publicações de documentos inéditos- segundo Mello Moraes- sobre a história do Brasil, e sua boa recepção pelo público, fazem parte da justificativa para a troca da frase de apresentação. É possível pensar que a secundarização da propaganda homeopática se explicasse por Mello Moraes considerar, assim como na década de 1850 na pausa do jornal em circulação na Bahia, que a defesa a homeopatia era causa ganha? Inicialmente sim, mas a própria afirmação do n. 20, de que o *Brasil Historico* continuaria a militar pela Homeopatia, nos faz pensar que não. Ademais, Mello Moraes era um homem deveras preocupado com estar atualizado sobre os fatos históricos e científicos no Brasil. Acreditamos que os constantes reclames contra a homeopatia presentes sobretudo em jornais médicos como os ABM e a *Gazeta Medica da Bahia* – dois importantes expoentes do gênero médico-jornalístico na segunda metade do século XIX- não fossem ignorados ou subestimados por Mello Moraes.

Outro detalhe que não deve ser ignorado refere-se aos nomes escolhidos para os jornais. Ao consultarmos o significado da palavra “Annaes” em dicionário de época (1832) escrito pelo Padre Luiz Maria da Silva Pinto, encontramos a definição “Historia que contem os sucessos pelas ordens dos anos”. A significação concedida pelo verbete vai ao encontro do que descreve o programa introdutório de 1851, que define o jornal como arquivo onde se registram os feitos da Academia Imperial, com ênfase nas contribuições prestadas ao país e à ciência pelos membros da instituição. Os registros contavam a história, numa perspectiva evolutiva, da existência do órgão e atuação de seus membros. O adendo “brasilienses” acrescentava a nacionalidade aos registros, reforçando a contribuição da Academia ao país e preconizando a afirmação de que as ciências médicas produzidas no Brasil muito teriam a oferecer à ciência, vista como um tipo de entidade que regia a legitimidade de práticas e praticantes de um ramo do conhecimento- em nosso caso, as ciências médicas vistas como a mais importante dentre todas as ciências que compunham “a ciência”.

O Medico do Povo não é denominado como anais, gazeta ou outro rótulo. É apresentado como jornal. O mesmo dicionário que utilizamos na consulta para “annaes”, define jornal como “O que se da pelo trabalho de hum dia ao jornaleiro”. Porém, lendo fontes e bibliografia do oitocentos sabemos que um jornal era um tipo de impresso de formato e periodicidade específicos. Se diferenciava dos panfletos, de durabilidade e objetivos diferentes, bem como de outros tipos de escritos. Mas voltemos a nossa atenção para o título principal – *O Medico do Povo*.

Já destacamos aqui o objetivo de defesa da homeopatia, um ramo do conhecimento que destoava dos preceitos alopáticos, sobretudo da formulação de teorias e sistemas. Expusemos com algum destaque, as brigas entre os dois tipos de medicina. Além dos objetivos de legitimação deste campo do conhecimento, a homeopatia, defendida por Mello Moraes no OMP, tinha por objetivo deslegitimar a alopatia e, conseqüentemente, seus praticantes- os médicos diplomados. Percebamos que junto aos médicos, o diploma, obtido à custa de aprendizagem, comprovação e defesa de preceitos teóricos entra no rol da pretendida deslegitimação. Um homeopata precisava ser versado nos *organons* de Hahnemann, mas não precisava de um diploma. Contudo, um médico diplomado podia ser um homeopata, contanto que abrisse mão de sua doutrina alopática de academia.

Das muitas interpretações possíveis acerca do título do jornal, aqui apresentaremos duas. A primeira, retomando as leis do *organon* do pai da Homeopatia, diz respeito à preconização do alívio e das soluções fáceis em detrimento da necessidade de um diploma e do mundo de sistemas e teorias. Um “médico do povo” seria aquele preocupado em solucionar o sofrimento de todas as classes, inclusive a popular, sem a preocupação de provar as teorias por trás de suas ações, uma vez que estas não colaborariam em nada ao alívio das dores- preocupação central de quem procurava um médico. Ademais, o título pode ser um tipo de crítica ao fato de muitos médicos enclausurarem-se em seus ambientes acadêmicos e hospitalares e pouco ou nada pensarem nos lugares desprovidos desse tipo de assistência- a exemplo do interior e das localidades rurais-, e das pessoas que não podiam recorrer à clínica particular ou mesmo não confiavam e/ou entendiam as explicações teóricas e tratamentos complicados da medicina alopática.

A segunda- que mais nos chama a atenção-, refere-se à existência de um livro homônimo e anterior ao jornal de Mello Moraes. A autoria da referida obra compete a Benoit Mure, considerado o introdutor da Homeopatia no Brasil. Conrado Mariano Tarcitano Filho e Silvia Waisse (2016) alertam para o cuidado com o que chamam de “mito do herói introdutor”, uma vez que existem evidências da presença de teorias homeopáticas que pululavam em teses brasileiras antes de Mure (1840). Não é nosso objetivo aqui discutir a primazia de um possível emissário deste conhecimento no Brasil. Mure aqui nos serve a outro propósito. Sua obra parte do preceito de que diplomas e médicos diplomados eram desnecessários ao ofício da cura. Os médicos diplomados, parte de uma classe médica, eram empecilho porque não curavam verdadeiramente, mas impeliavam tratamentos ineficazes e tentavam deslegitimar a verdadeira arte da cura- a homeopatia. Nomear o jornal com o mesmo nome do livro de Mure indica concordância com seus preceitos. É válido lembrar que quando OMP circulara em Pernambuco (1850), Mello Moraes dividia a redação do jornal com João Vicente Martins,

conhecido discípulo de Mure. O ataque à alopatia não parecia, nem era sutil. Tampouco era solitário. A recusa à formulação de teorias por parte da homeopatia não significava que ela não tivesse as suas próprias, bem como seus cânones orientadores e organizadores.

Jornais da Imprensa Médica? Algumas considerações finais

Em texto de 2018, fruto de uma dissertação de mestrado onde trabalhou A *Gazeta Medica da Bahia* e os *Annaes Brasilienses de Medicina* (RJ) para investigar a ideia de imprensa médica, Vanessa Queiroz (2018) propõe o seguinte conceito:

conjunto de jornais escritos por profissionais das ciências médicas diplomados, cujas iniciativas de lançamento, manutenção e circulação eram sustentadas – ideológica, científica e financeiramente- também por profissionais da medicina, cirurgia e farmácia. Tem por característica principal a de propagação de conteúdo diretamente relacionado a demandas- científicas, políticas, econômicas e socioculturais-, dos médicos envolvidos nos periódicos que a compunham (não relatavam só descobertas do campo médico científico) (QUEIROZ, 2018, pp.122-123)

Como foi dito noutra oportunidade, as matérias médicas ocupavam um volume significativamente menor e menos diverso nas páginas do OMP quando comparamos ao número de aparições dos assuntos dos muitos ramos da medicina nos *Annaes Brasilienses de Medicina*. Contudo, tomando a definição acima, podemos inserir, ao menos até a edição derradeira de 1864, o OMP no arcabouço dos jornais médicos da década de 1860, uma vez que publicava matérias médicas, era escrito por um diplomado- ainda que este destoasse da corrente alopatia, a mais aceita nas instituições de saber- poder e elites profissionais-, dizia respeito às demandas de Mello Moraes como representante dos interesses dos homeopatas- que também não eram poucos, conforme comprovam a existência da Sociedade Homeopática de Paris e do Instituto Hahnemanniano do Brasil¹³-, e a continuidade das práticas evidentes na constantes denúncias dos próprios alopatas. Ademais, não relatava apenas descobertas científicas.

O fato de Mello Moraes assumir seu papel de cronista e historiador acima do de esculápio, chegando ao ponto de mudar o nome do jornal, nos concede uma dupla perspectiva sobre a folha. A primeira constata existência de diferenças entre jornais como ABM e OMP, o que vai ao encontro de uma perspectiva que considera a imprensa médica como rótulo que abarcava jornais deveras parecidos, porém muito diferentes (QUEIROZ, 2018). A segunda, que parte do pressuposto de que médicos escreviam também jornais não-médicos, reconhece que também é possível alocar OMP como jornal da grande imprensa¹⁴.

¹³ Sobre instituições homeopáticas que existiram no Brasil, notar: Escola Homeopática do Brasil, Congregação Médico-Homeopática Fluminense, e outras.

¹⁴ Aqui utilizamos a expressão “grande imprensa” para nos referir a jornais não-médicos que podem ser inseridos em diversos tipos de categorias- de entretenimento, de informação, políticos, etc. Ainda que encontremos nos jornais médicos traços dessas outras categorias mencionadas, eles eram proclamados como membros de um tipo de imprensa profissional, diferente dos periódicos a que aqui chamamos genericamente de “grande imprensa”.

Os constantes conflitos evidenciados nas páginas dos periódicos que aqui apresentamos brevemente, evidenciam a heterogeneidade que categorias como “classe médica” e “ciência médica” tendem a esconder. Em nossa exposição, vimos que alopatas e homeopatas, de vieses teóricos e posicionamentos adversos eram médicos-reconhecidos como habilitados, peritos na atividade da cura. Ainda que buscassem retirar uns aos outros de uma categoria profissional autorizada, eram vistos como médicos dotados socialmente de uma mesma função- a de cura. Os fracassos, sucessos, crenças e costumes da população, dentre outros fatores, definiam os lugares sociais destes profissionais. Classe médica não era uma coisa só, mas abarcava sujeitos distintos.

Quanto à tal “ciência médica”, ainda que muitos médicos publicassem textos inflamados em defesa de uma verdadeira ciência ou medicina científica, entre 1850 e 1860 era difícil decidir do que se tratava. As mais diversas teorias pululavam e conviviam num ambiente marcado pela concomitância entre tradições e inovações que tinham por palco a academia, as sociedades médicas, os jornais e revistas médicas e outras frentes. Tanto a alopatia quanto a homeopatia eram consideradas, a depender do viés, “ciência médica”, por serem um conjunto de conhecimentos que objetivavam o restabelecimento da saúde. Mas como vimos, se tratavam de coisas diferentes. Os defensores de cada método curativo estavam empenhados na tarefa de expandir o fundo social de conhecimento (ELIAS, 1991) sobre saúde e doença a favor das linguagens de seus cânones teóricos, que até ali faziam sentido para seu grupo de adeptos, mas desejavam estender-se, via comunicação pela imprensa, aos demais campos da sociedade.

A briga entre alopatas e homeopatas ganha um sentido especial quando pensamos no próprio contexto institucional da medicina brasileira da segunda metade do século XIX. A epidemia de febre amarela em 1849 e a ascensão da Junta de Higiene Pública esvaziaram o poder da Academia Imperial de Medicina como órgão consultivo do Governo Imperial (EDLER, 2002). A homeopatia, que pregava preceitos contrários aos definidos pela AIM, era inimiga mais incômoda quando se considera a já relativamente fragilizada (pela perda de parte do poder consultivo) autoridade da Academia.

Aqui expusemos uma das facetas- a briga em dois jornais específicos- de um conflito maior, que pode ser melhor compreendido conforme se aprofundem os escopos de análise. Há, ainda, muito por ser investigado.

Referências:

1. Fontes

1.1. Jornais

Annaes Brasilienses de Medicina (RJ). Edições diversas (1850, 1860). Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=062014&PagFis=231&Pesq=homeopathia>>. Acesso em Dezembro de 2019.

O Medico do Povo (RJ). 1864 (todas as edições deste ano). Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/medico-povo/717690>>. Acesso em Dezembro de 2019.

1.2. Legislação

BRASIL. Lei n.1.245, de 28 de Junho de 1865. *Fixa despesa e orça a receita geral do Imperio para o exercicio de 1865-1866, e dá outras providencias*. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=542883&id=14382158&idBinario=15631743&mime=application/rtf>>. Acesso em Dezembro de 2019.

_____. Lei n. 1.507, de 26 de Setembro de 1867. *Fixa a despesa e orça a receita geral do Imperio para os exercicios de 1867-68 e 1868-69, e dá outras providencias*. Disponível em:

<<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=543197&id=14382748&idBinario=15630732&mime=application/rtf>>. Acesso em Dezembro de 2019.

1.3. Dicionários

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da lingua brasileira*. Ouro Preto :Typographia de Silva, 1832. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/02254100>>. Acesso em março de 2020.

1.4. Relatórios

Relatórios da Repartição dos Negócios do Império (1832-1888). Disponíveis em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/brasil-ministerio-imperio/720968>>. Acesso em março de 2020.

2. Bibliografia

2.1 Livros

CHALHOUB, S. *Cidade Febril - Cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo, Cia das Letras. 1996.

EDLER, FC. *A Medicina No Brasil Imperial: Clima, Parasitas E Patologia Tropical*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

ELIAS, N. *Teoria Simbólica*. Oeiras, Celta, 1994.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo, UNESP, 1991.

KOSELLECK, R. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro, Contraponto/PUC, 2006.

MACHADO, R.; LOUREIRO, A.; LUZ, R.; MURICY, K. *Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

SAMPAIO, G. R. *Nas Trincheiras da Cura. As diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

2.2 Artigos, dissertações, teses

EDLER, F.C. *A Escola Tropicalista Baiana: um mito de origem da medicina tropical no Brasil*. Hist. cienc. saude-Manguinhos [online]. 2002, vol.9, n.2, pp.357-385. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702002000200007&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em Dezembro de 2019.

KOSELLECK, R. *Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos*. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, volume V, n. 10, pp.134-146.

TARCITANO FILHO, Conrado Mariano; WAISSE, Silvia. *Novas evidências documentais para a história da homeopatia na América Latina: um estudo de caso sobre os vínculos entre Rio de Janeiro e Buenos Aires*. Hist. cienc. saude-Manguinhos [online]. 2016, vol.23, n.3, pp.779-798. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702016005000017>>. Acesso em Dezembro de 2019.

QUEIROZ, V. (2018). *Uma luta contra o “indiferentismo”: Imprensa Médica e Charlatanismo no Brasil em meados de 1860*. *Revista De História Da UEG*, 7(2), 105-130. Disponível em: <<https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/8437>>. Acesso em Dezembro de 2019.

_____. *“Profetas do mau-agouro? Higiene Pública na Gazeta Medica da Bahia (1866-1870)*. Dissertação apresentada ao PPGHIS-UnB para obtenção do grau de mestra em História. Aprovada em 09/04/2018. Disponível em:<<http://repositorio.unb.br/handle/10482/32894>>. Acesso em Dezembro de 2019.